



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Considerando a rejeição da prorrogação do protocolo ao acordo de pesca entre a União Europeia e Marrocos e a instância à Comissão Europeia para que o futuro protocolo respeite plenamente o direito internacional e beneficie todas as populações locais afectadas, incluindo a população sarauí, por parte do Parlamento Europeu.

Considerando que a Ministra da Agricultura e do Mar definiu como "**pouco compreensível**" a rejeição europeia do acordo de pesca com Marrocos, advertindo que as embarcações com licenças pagas devem ser compensadas com fundos comunitários.

Considerando que as compensações para além do valor das licenças deverão cobrir também os prejuízos, para os pescadores, pelo facto de terem de suspender as suas pescas naquela zona.

Considerando que será necessário proceder à avaliação destes prejuízos.

Assim, tendo presente que:

Nos termos do disposto no art.º 156º, alínea, d) da Constituição, é direito dos Deputados «requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do mandato»; Nos termos do art.º 155º, n.º 3 da Constituição e do art.º 12º, n.º 3 do Estatuto dos Deputados, «todas as entidades públicas estão sujeitas ao dever geral de cooperação com os Deputados no exercício das suas funções ou por causa delas»;

Nos termos do disposto no art.º 229º, n.º 1 do Regimento da Assembleia da República, as perguntas apresentadas pelos Deputados são tramitadas por intermédio do Presidente da Assembleia da República com destino à entidade requerida, tendo esta o dever de responder conforme o disposto no n.º 3 do mesmo preceito;

O(s) Deputado(s) do CDS-PP, abaixo-assinado(s), vêm por este meio requerer à Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território nos termos e fundamentos que antecedem, a resposta urgente às seguintes perguntas:

- 1 - Quantos pescadores portugueses serão afectados com a rejeição da prorrogação do protocolo?
- 2 - Quantos armadores e embarcações estão envolvidos na rejeição?
- 3 - Qual é o volume de negócios que está em causa?
- 4 - Que medidas pensa Vossa excelência tomar no sentido de salvaguardar os interesses de

pesca portugueses?

Palácio de São Bento, terça-feira, 20 de Dezembro de 2011

Deputado(a)s

ABEL BAPTISTA(CDS-PP)